



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR:
 Sindicato do Servidores do Poder Legislativo Federal e
 Tribunal de Contas da União - Sindilegis

DATA DE ENTREGA

03/06/2013

EMENTA:

Sugere a realização de seminário para debater a atividade trabalhista realizada à distância ou no domicílio do empregado – teletrabalho.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 74/2013
CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União.

CNPJ: 03.656.493/0001-00

Tipos de Entidades: () Associação () Federação (X) Sindicato

() ONG () Confederação () Outros ()

Endereço: SAUS QD 6 BL. K Ed. Belvedere 7º andar

Cidade: Brasília **Estado:** DF **Cep.:** 70.070-915

Fone/Fax: (61) 3214-7300 / (61) 3214-7308

Correio-eletrônico: sindilegis@sindilegis.org.br

Responsáveis: Nilton Rodrigues Paixão Júnior - Presidente

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, da Associação supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 3 de junho de 2013.


Cláudio Ribeiro Paes
Secretário

Ofício nº 105/2013

Brasília, 29 de maio de 2013.

Ao Senhor

Cláudio Ribeiro Paes

Secretário da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados
Brasília - DF

Senhor Secretário:

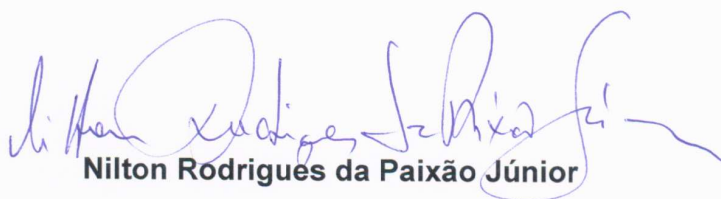
Cumprimentando-o cordialmente, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – SINDILEGIS, vem respeitosamente à presença de V. Sa. informar que está em andamento nessa Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 4793/2012, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, com vistas à regulamentação do trabalho exercido à distância ou no domicílio do empregado. A proposição acrescenta o art. 457-B à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, dispondo que as regras para a remuneração daquela classe trabalhadora serão definidas em contrato individual de trabalho, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Inclusive, o teletrabalho já é uma prática adotada no âmbito do serviço público, sendo previsto na Lei nº 12.776/2012, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União.

Face à relevância da matéria dentro do contexto trabalhista, econômico e social, sugerimos à Comissão de Legislação Participativa que organize um seminário sobre a temática em questão, se possível, ainda neste mês de junho. Certamente a iniciativa enriquecerá o debate em torno do assunto teletrabalho, podendo contribuir no aperfeiçoamento da matéria que está pronta para entrar na pauta da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Esta entidade toma a liberdade de indicar o analista legislativo desse órgão, José Raymundo Ribeiro Campos Filho, ex-auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União, responsável pelo processo de implantação do teletrabalho naquela Corte de Contas, para ser um dos palestrantes convidados.

Acreditamos que a presença dessa Comissão no debate será valiosa para a construção de uma proposta legislativa que atenda aos anseios da classe trabalhadora e que favoreça as relações de trabalho tanto no setor privado quanto no setor público. Imbuídos da perspectiva de trabalharmos em parceria, desde já nos colocamos à disposição para oferecermos o serviço de *coffee break*.

Atenciosamente,



Nilton Rodrigues da Paixão Júnior

Presidente